



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



AO EXPEDIENTE DO DIA

31 de 05 de 1996
Em, 30 de 01 de 1996

Presidente

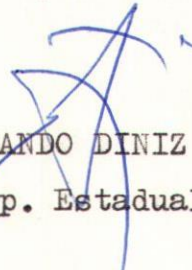
PROJETO DE LEI Nº 475/96

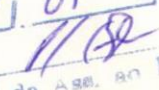
" RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO P.R.C. CONDADO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO E DÁ OU TRAS PROVIDÊNCIAS ".

ARTº. 1º - Fica reconhecida de Utilidade pública/ a Associação do P.R.C. Condado da cidade de Conceição, Estado da Paraíba.

ARTº. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 30 de Maio de 1996


NOMINANDO DINIZ FILHO
Dep. Estadual

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente
Em 31.01.96

Diretor da Ass. ao Plenário



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário

de Fis. 475 Sob No 475

em 31 / 01 / 1996

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 1

de 19 01

em 31 / 01 / 1996

do SECRETÁRIO

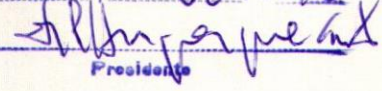
À COM. CONST. JUSTIÇA
E REDACÇÃO, em 13.06.96

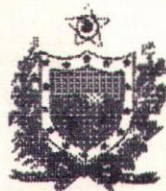

Felix Araújo Sobrinho
SECRETÁRIO LEGISLATIVO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Antônio Lins
Em 13 / 06 / 1996

Presidente



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 475/96

*Reconhece de utilidade
pública a Associação
do P.R.C. Condado
Município de
Conceição e dá outras
providências.*

AUTOR: Dep. NOMINANDO DINIZ
RELATOR: Dep. ANTÔNIO IVO

PARECER

I - RELATÓRIO

*Apresenta-se para estudo nesta Comissão de Constituição,
Justiça e Redação, o Projeto de Lei Nº 475/96, de autoria do
conspicuo Deputado Nominando Diniz, que pretende Reconhecer de
Utilidade Pública a Associação do P.R.C. Condado Município de
Conceição e dá outras providências.*

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

A pretensão do Ilustre Parlamentar é legítima sobre todos os aspectos, vez que, encontra-se a matéria devidamente instruída sendo-lhe peculiar a presente iniciativa.

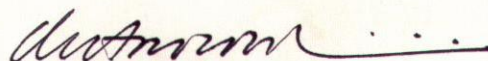
Este reconhecimento público através de Lei, é instituto imprescindível a toda entidade que promove, no âmbito estadual, política voltada ao desenvolvimento da comunidade.

Inserida neste contexto, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Condado, há tempo presta serviço a comunidade.

Portanto, esta Relatoria reconhece os relevantes trabalhos desenvolvido por esta entidade, a qual se posiciona pela Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa do Projeto de Lei No 475/96.

É o voto

Sala das Comissões, 22 de julho de 1996.



Dep. ANTONIO IVO
RELATOR

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei No 475/96.

É o parecer.

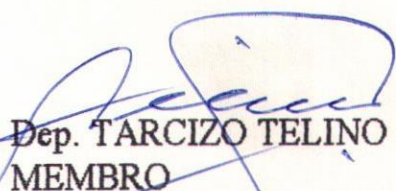
5



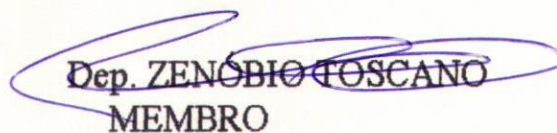
Dep. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE



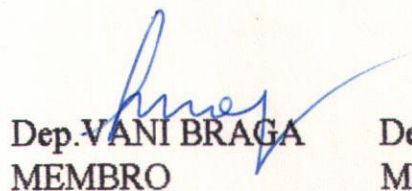
Dep. ANTÔNIO IVO
RELATOR



Dep. TARCIZO TELINO
MEMBRO

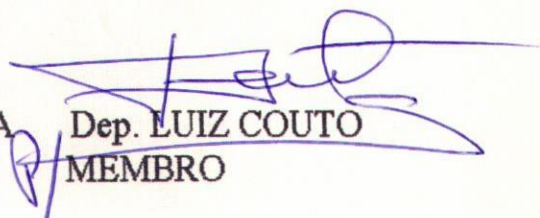


Dep. ZENÓBIO TOSCANO
MEMBRO



Dep. VANI BRAGA
MEMBRO

Dep. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO



Dep. LUIZ COUTO
MEMBRO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
CGC Nº 08.943.227/0001-82 - FAX (083) 453-2275



LEI Nº 116/96 DE 03 DE MAIO DE 1996

“RECONHECER DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE CONDADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal de Conceição-PB, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente **Lei**.

Art. 1º - Fica reconhecido de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE CONDADO.

Art. 2º - Este Projeto de Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conceição-PB, em 03 de Maio de

1996

JOÃO DEON BENÍCIO DINIZ
Prefeito



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de Conceição



D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins de direito que à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DO SÍTIO CONDA-DO, esta em plena atividade de funcionamento com a Sede locali-zada no município de Conceição-PB,

Por ser verdade, passo a presente declaração assinada de proprio punho.

Conceição-PB, 25 de maio de 1.996.

Atenciosamente,



JOÃO DEON BENICIO DINIZ

PREFEITO

João Deon Benício Diniz
Prefeito



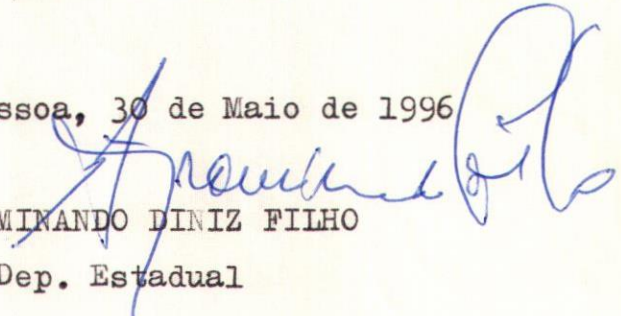
Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



J U S T I F I C A T I V A

A ASSOCIAÇÃO DO P. R.C. CONDADO, fundada em 19 de Dezembro de 1995, com sede e foro na cidade de Conceição no estado da Paraíba, é uma instituição Civil, sem fins lucrativos, educacional e filantrópica, tendo como finalidade atender aos produtores / Rurais de baixa renda estimulando a criação de projeto de irrigação, para que possam aumentar sua renda familiar.

João Pessoa, 30 de Maio de 1996


NOMINANDO DINIZ FILHO

Dep. Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO ÚNICO

NICE LEITE BRAGA PEGADO

— TABELIA PÚBLICA —

Escrivã do Civil e do Crime - Oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos
CEP 58.970 — CONCEIÇÃO — PARAÍBA



C E R T I D ã O

CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os livros de Registro de Títulos e Documentos, arquivos e demais papéis existente neste Cartório ao meu cargo e poder, encontrei devidamente registrado no livro A-1, às fls; 205, sob nº 73, em data de 23.02.96. A seguinte transcrição ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE CONDA DO (APRORCOC), fundada em 19.12.95, com sede em Condado, município de Conceição-PB; e Foro na Comarca de Conceição-PB.

O referido é verdade; dou fé.

Conceição-PB; 02 de maio de 1.996.


Francisca P. Lopes Beltrão
Escriventa Autorizada



TC-268996 - Sr. LUIZ FRANCISCO DE VASCONCELOS e SEVERINO RAMOS DA SILVA, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de ~~Parabense~~ PEDRAS DE FOGO - PB.

Secretaria do Tribunal Pleno em 30 de maio de 1996.

Gerlane Alves de Azeredo
GERLANE ALVES DE AZEREDO
P/Secretária do Tribunal Pleno

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE CABEDELO

DELIBERAÇÃO Nº 001/96

CABEDELO, 28 DE MAIO DE 1996.

APROVA VALORES DAS TARIFAS PORTUÁRIAS DO PORTO DE CABEDELO.

O Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Cabedelo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º, inciso VIII, do seu Regimento Interno e, tendo em vista o disposto no artigo 30, parágrafo primeiro, inciso VIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993,

Considerando a nova Estrutura Tarifária do Porto de Cabedelo, aprovada na reunião deste Conselho, realizada em 5 de outubro de 1993;

Considerando a adoção de sistemática que visa permitir a participação dos Operadores Portuários na realização das operações portuárias no Porto de Cabedelo;

Considerando a necessidade de ajustamento das tarifas portuárias de forma a permitir que a Administração do Porto de Cabedelo exerça suas atribuições na gestão da atividade portuária.

DELIBERA:

1 - Aprovar os valores que passam a integrar a nova Estrutura Portuária do Porto de Cabedelo, composta das seguintes tabelas:

TABELA I - UTILIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO E DAS INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM

TABELA II - UTILIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE OPERAÇÃO PORTUÁRIA

TABELA III - SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

TABELA IV - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM

TABELA V - UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS

TABELA VI - SERVIÇOS DIVERSOS

2 - Determinar que a presente Deliberação entre em vigor a partir de 1º de junho de 1996.

3 - Determinar que a Administração do Porto de Cabedelo, promova publicação desta Deliberação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

Newton José de Moura
Newton José de Moura
Presidente

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO EM 10 DE MAIO DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA E FINCETI - CENTRO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL

OBJETIVO: EXECUÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE APOIO E FOMENTO AOS ENGENHROS DE CANA-DE-AÇÚCAR DO ESTADO DA PARAIBA

PRazo: 12 (DOZE) MESES

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO EM 07 DE MAIO DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA E CIEUCO - CÂMARA DE DIRETORES LOCAIS DE CAMPINA GRANDE

OBJETIVO: REALIZAÇÃO DA CAMPANHA PROMOCIONAL DO DIA DAS MÃES

VALOR: CR\$ 1.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

PRazo: 02 (DOIS) MESES

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO EM 16 DE ABRIL DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA PARAIBA

OBJETIVO: REALIZAÇÃO DA CAMPANHA PROMOCIONAL DO FORTALECIMENTO

VALOR: CR\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), SENDO DE 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A COLABORAÇÃO DO SEBRAE/PB

PRazo: 02 (DOIS) MESES

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO EM 21 DE MARÇO DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA E INICORP - NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO GERENCIAL PARA GERENTES EXECUTIVOS E CHIEFS INTERMEDIÁRIOS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA PARAIBA

PRazo: 12 (DOZE) MESES

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONTRATO ASSINADO EM 03 DE JANEIRO DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA E MARIA DE FÁTIMA SOUZA

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DO PREZÍDIO ONDE FUNCIONA O CENTRO LUIZ MOTA, NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/PB

VALOR: CR\$ 2,19 (DOIS REAIS E NOVE CENTAVOS) POR MERVENTURA

PRazo: 04 (QUATRO) MESES

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: TERMO DE CONTRATO ASSINADO EM 01 DE ABRIL DE 1996

PARTES: SEBRAE/PB - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAIBA E INICORP - NÚCLEO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E SUPORTE NA ÁREA DE INFORMÁTICA

VALOR: CR\$ 100,00 (CEM REAIS E TRÊS REAIS E TRÊS CENTAVOS) MENSAL

PRazo: 01 (UM) ANO

SOCIEDADES

| ILOBRAS-INDÚSTRIA DE LENTES OFTÁLMICAS DO BRASIL S/A | | | | | |
|---|-----------|-----------|---------------|-----------|-----------|
| COC. Nº. 40.909.987/0001-39 | | | | | |
| RELATÓRIO DA DIRETORIA | | | | | |
| Senhores Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 1995, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para informações complementares que possam julgá-las necessárias. Atenciosamente, A DIRETORIA | | | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/DEZEMBRO/1995 | | | | | |
| ATIVO | 1995 | 1994 | PASSIVO | 1995 | 1994 |
| Circulante | 7.364 | 34.153 | Circulante | 44 | 44 |
| Caixa e Bancos | 7.364 | 34.153 | Precatórios | 44 | 44 |
| Permanente | 2.396.049 | 2.502.763 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Imobilizado | 1.159.127 | 1.335.413 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Terranos | 21.143 | 21.143 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Edificações | 7.491.574 | 7.491.574 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Adiant. Inv. Fixas | 645.373 | 645.373 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Direitos Usos | 1.127 | 1.127 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Diferido | 1.236.882 | 1.236.882 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Desp. Organização | 21.898 | 21.898 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Desp. Financeiras | 609.547 | 609.547 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| Correção Monetária | 564.437 | 564.437 | Debitores | 2.396.049 | 2.502.763 |
| TOTAL ATIVO | 9.403.253 | 9.403.253 | TOTAL PASSIVO | 9.403.253 | 9.403.253 |
| | | | | | |
| NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/DEZEMBRO/1995 E 31/DEZEMBRO/1994 | | | | | |
| 1 - A empresa tem como objetivo social a fabricação de lentes oftálmicas, até em fase pré-operacional e suas instalações industriais em construção. | | | | | |
| 2 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS CONTÁBEIS | | | | | |
| As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. | | | | | |
| a) Os itens do imobilizado estão corrigidos monetariamente e os do diferido estão representados pelos valores originais; | | | | | |
| b) Não foram calculadas depreciações e nem amortizações. O imobilizado é considerado de "construção em andamento"; | | | | | |
| c) As receitas de exercício futuro não representadas por receitas de aplicações financeiras e saldo credor de Correção Monetária do balanço, não levadas a apuração de resultados por estar a empresa em fase implantada. | | | | | |
| 3 - DEBITORES | | | | | |
| São representados por verba liberada pelo FINEP-Fundo de Investimentos no Nordeste e estão assim distribuídos: | | | | | |
| - Conversíveis em Ações - 704 | | | | | |
| - Simples ou anelacionáveis em ações - 1.816.566,78 | | | | | |
| - Os debêntures conversíveis serão convertidos em ações preferenciais em nome do FINEP. | | | | | |
| - Os debêntures simples terão prazo de resgate de 7 (sete) anos, de acordo com a escritura de constituição. | | | | | |
| 4 - CAPITAL SOCIAL | | | | | |
| O Capital Social, subscrito e integralizado está representado por ações ordinárias, com direito a voto, sem valor nominal. | | | | | |
| DIRETORIA | | | | | |
| Leonardo Augusto Barbosa - Diretor Presidente | | | | | |
| Silvana Suruagy de Amaral Dantas - Diretor Técnico | | | | | |
| José Edivan Rocha - Diretor Administrativo | | | | | |
| Contador: Vicente Corrêa Pinto - CRC/MG.12745-T-PB - CPF 043.837.616-15 | | | | | |

ILOBRAS

INDÚSTRIA DE LENTES OFTÁLMICAS DO BRASIL S/A

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE ANÔNIMA "ILOBRAS - INDÚSTRIA DE LENTES OFTÁLMICAS DO BRASIL S/A", REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1996, LAVRADA DA SEQUENTE FORMA:

DATA: 16 de maio de 1996

LOCAL: Na sede da companhia, a Rua Monsenhor Sales, n. 35 - Centro - Campina Grande-PB.

HORA: 09h00 (nove horas)

PRESEÇA: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro "Livro de Acionistas".

CONVOCAÇÃO: Editais de convocação dispensados, conforme faculta o artigo 124 - parágrafo 4º da Lei n. 6.404/76, face a totalidade dos acionistas presentes.

MESA: Por aclamação foi eleito o Sr. JOSÉ EDIVAN ROCHA, para presidir a Assembleia, que convidou o Sr. Leonardo Augusto Barbosa para Secretário.

ORDEN DO DIA: a) Discussão e aprovação do Balanço Patrimonial realizado em 31/12/95;

b) Capitalização da Reserva de Correção Monetária do Capital Social, com consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social;

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES: Foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

1) Aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 1995, cujos exemplares de jorais de sua publicação se encontram em sobre a mesa;

2) Aumento do Capital Social, com aproveitamento total da Reserva de Correção Monetária do Capital Social, existente em 31 de dezembro de 1995, no valor de R\$575.129,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e nove reais), passando o Capital Social para o valor de R\$5.757.129,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e nove reais).

Em consequência, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação:

Artigo 5º - O Capital Social, subscrito e integralizado, é representado pela importância de R\$5.757.129,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e nove reais) dividida em 5.757.129 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária tem direito a (um) voto.

Excoetada a sessão foi esta ata lida e aprovada por todos os presentes.

Assinaturas: Leonardo Augusto Barbosa-Secretário; José Edivan Rocha - Presidente; Silvana Suruagy de Amaral Dantas - Acionista e Almeida e Barbosa Ltda - Acionista, representada por Leonardo Augusto Barbosa.

CONFERE COM O ORIGINAL.

Campina Grande, 16 de maio de 1996

Leonardo Augusto Barbosa
Leonardo Augusto Barbosa
Secretário

EXTRATO, PARA PUBLICAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CONDADO - APROVADO - CONCEIÇÃO-PB.

Da Denominação, Fins, Sede e Duração-

A Associação de Produtores de Condado, com sede no Município de Conceição-PB., terá duração por tempo ilimitado, é uma sociedade civil sem fins lucrativo e regerá-se-á pelo presente Estatuto.

Da DIRETORIA.

Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária em votação secreta, e de qual participará como candidatos e eleitores todos os socios contribuintes em dia, com suas obrigações.

DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

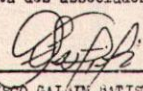
O Conselho representantes é o órgão deliberativo da Associação, composto por dois representantes de cada legião da área, eleitos pelos respectivos socios contribuintes na forma de lista, de acordo com o Capítulo II, para um mandato de dois anos.

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto de dois associados e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação somente se dissolverá por deliberação da Assembleia Geral, para este fim especialmente convocada e mediante votação favorável da maioria absoluta dos associados inscritos.


FRANCISCO GALVÃO BATISTA
- PRESIDENTE -

inpasa - Indústria Paraibana de Couros S/A. C.G.C.MF. - 09.092.834/0001-49
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - LOCAL E HORA: Sede da Empresa, às 10:00 (dez) horas do dia 31 de Janeiro de 1996.
DELIBERAÇÃO: Aumento Capital Social de R\$ 3.947.338,00 para R\$ 3.985.364,00 com recursos próprios dos acionistas. - **ARQUIVAMENTO:** JUCEP 256.0001419,1 de 15.02.96. - João Pessoa (PB), 28 de Maio de 1996. - Guilherme Carlos de Luna Coutinho - Diretor Superintendente.

inpasa - Indústria Paraibana de Couros S/A. C.G.C.MF. - 09.092.834/0001-49
RESUMO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: LOCAL, HORA E DATA: Sede da Empresa, às 10:00 (dez) horas do dia 30 de Abril de 1996. - **DELIBERAÇÕES:** Em Caráter Ordinário: a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Outras Demonstrações Financeiras referente ao Exercício Social Encerrado em 31/12/95; b) Aprovação da Correção Monetária do Capital e da Reserva do Capital Social no valor de R\$ 885.101,10. - Em Caráter Extraordinário: a) Incorporação da Reserva de Correção Monetária do Capital Social no valor de R\$ 885.100,87; b) Aumento do Capital Social, subscrito e integralizado de R\$ 3.985.364,00 para R\$ 4.870.485,00, distribuído da seguinte forma: R\$ 3.615.310,00 Ações Ordinárias, Nominativas; R\$ 69.830,00 Ações Preferenciais, Classe A; R\$ 1.185.325,00 Ações Preferenciais, Classe B. c) Eleição dos Membros Conselho de Administração para o próximo triênio 96/99. **ARQUIVAMENTO:** JUCEP 256.000.1586,2 de 16 de Março de 1996. João Pessoa (PB), 28 de Maio de 1996. Guilherme Carlos de Luna Coutinho - Diretor Superintendente.

LICITAÇÕES

ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR
Comissão Especial de Licitação

AVISO DE EDITAL**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/96**

A Comissão Especial de Licitação torna público para conhecimento de todos interessados, que realizará no próximo dia 28/06/96 às 9:30h, no auditório do Gabinete Civil do Governador, situado na rua Alice Azevedo, 461 - Centro - João Pessoa-PB, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/96 - Tipo Técnica e Preço, com o objetivo de contratar agência de publicidade (entre as devidamente habilitadas de acordo com o Edital de Pré-Qualificação nº 001/96), para prestação de serviços ao Governo do Estado.

A presente Licitação será regida pela Lei 8666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.833/94 de 08/06/94. O Edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na citada Comissão ou nos fones 221.8196 (manhã) e 241.1824 (tarde).

João Pessoa, 28 de maio de 1996.

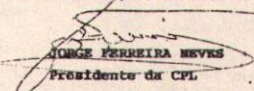
ARLENE LEAL PESSOA
Presidente da CEL

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR
A UNIÃO-SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A UNIÃO-SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o **CONVITE Nº 018/96**, foi cancelado por motivo dos preços cotados pelos fornecedores, estarem acima dos praticados no comércio.

João Pessoa, 28 de maio de 1996


JORGE FERREIRA NEVES
Presidente da CPL

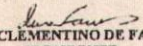
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL**TOMADA DE PREÇOS 014/96**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que fará realizar no próximo dia 17.06.96 às 15:00 horas, na sala de reuniões da citada Comissão, instalada no prédio onde funciona a Secretaria da Administração - Bloco III 5º andar - Centro Administrativo, Jaguaribe - João Pessoa-PB, TOMADA DE PREÇOS Nº 014/96, cujo objetivo é adquirir Material Gráfico para atender as necessidades das Secretarias da Administração e da Procuradoria Geral da Defensoria Pública. A presente Licitação será regida pela Lei Federal Nº 8.666/93 de

21.06.93, alterada pela Lei Nº 8.833, de 08.06.94. O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos junto à citada Comissão, no endereço acima, no horário de 14:00 às 18:00 horas ou através do telefax 222-2818.

João Pessoa, 30 de maio de 1996


JOSÉ CLEMENTINO DE FARIAS
PRESIDENTE

ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE CONTAS

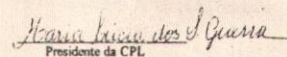
AVISO DE EDITAL

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), constituída pelo Presidente desta Corte, através da Portaria nº 162, de 04.08.1995, torna público que fará realizar nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações bem como nos respectivos atos convocativos, as licitações abaixo relacionadas:

| PROC. ADMINST | MODALIDADE | TIPO | OBJETIVO | DATA ABERTURA |
|---------------|---------------------------|-----------------|---|---------------|
| 3789/96 | Tomada de Preços nº 01/96 | Técnica e Preço | Locação, instalação e ativação de Central Telefônica (CPCT) | 01.07.96 |
| 0938/96 | Tomada de Preços nº 02/96 | Menor Preço | Serviços, manutenção preventiva e corretiva em condicionadores e mini centrais de ar. | 17.06.96 |
| 2932/96 | Convite nº 02/96 | Menor Preço | Aquisição de peças e acessórios para veículos | 11.06.96 |
| 2932/96 | Convite nº 03/96 | Menor Preço | Serviços gráficos | 12.06.96 |
| 2932/96 | Convite nº 04/96 | Menor Preço | Material de Consumo | 13.06.96 |

Os Editais e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto à CPL na sede deste Tribunal, à rua Prof. Geraldo Van Schooten s/n, Jaguaribe, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

João Pessoa, 29 de maio de 1996.

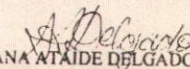

Maria Regina de Sousa
Presidente da CPL

EDITAIS E AVISOS

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE
ESPERANÇA-PB

EDITAL DE LOTEAMENTO

ADRIANA ATAÍDE DELGADO Oficial em Exercício do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Esperança-PB, de acordo com o que determina o Decreto Lei nº 58 de 10.12.1937, § 4º e Decreto nº 3.079 de 15.09.1938 e ainda a nova Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, torna público para o conhecimento de quem interessar possa, que foram depositados neste Cartório pelo Sr. GILVAN ANTONIO COSTA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CIC nº 025.322.554-04, o memorial descritivo, planta topográfica e demais documentos exigidos por lei, referente ao LOTEAMENTO PAIS E FILHOS, com uma área de 25.538 m², localizado na Zona Urbana desta cidade, conforme registro sob nº R-1-1703, fls 129 do livro 2-F, em 06 de janeiro de 1992, composta de 06 quadras co 83 lotes, com o sistema viário do loteamento conforme planta aprovada pela Prefeitura Municipal de Esperança em 21.03.95. Portanto, todos aqueles que se julgam com direito sobre o imóvel loteado ou tenham justas e razões para oferecer impugnação, deverão fazê-lo neste Cartório, no prazo de quinze dias contados da última publicação após o que será o loteamento averbado para que por ele se realizem as vendas dos lotes de terreno prometidos à venda. Dado e Passado neste Cartório em 20 de maio de 1996.


ADRIANA ATAÍDE DELGADO
Oficial em Exercício

Cartório 1º. Ofício

Cartório de Adriano Alves
Tribunal de Justiça
Município de Esperança - Paraíba
Adriana Ataíde de Silva
Esperança - Paraíba

SECRETARIA DAS FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 3º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE


EDITAL

Pelo presente EDITAL, nos termos do Artigo 734, I combinado com o Artigo 732, III do RICMS, aprovado pelo Decreto 14.100 de 27.09.91, ficam intimadas as firmas abaixo mencionadas a efetuarem o pagamento de seus débitos para com a Fazenda Pública Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, contados após o 5º dia da publicação deste no Diário Oficial do Estado da Paraíba, ou em igual período apresentarem defesa junto à Coordenadoria de Julgamentos de Processos Fiscais-COJUP, através desta Repartição. O não atendimento da exigência acima, implicará em julgamento à Revelia.

| RAZÃO SOCIAL | INSCRIÇÃO | A. I. | PROCESSO |
|------------------------------|--------------|-------|----------|
| CAMPINA COM. DE ESTIVAS LTDA | 16.107.777-3 | 03814 | 2962/96 |
| CENSALISTA PINDAIBA LTDA | 16.097.651-0 | 06737 | 4650/96 |

de Maio de 1996.

Recebedoria de Rendas de Campina Grande, 27


Maria Regina de Sousa
Diretora

11

ESTATUTO

DA

ASSOCIAÇÃO

DOS

PRODUTORES

RURAIS

DA

COMUNIDADE

CONDADO

01
H. Ku
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Escritório Plenário
Estado do Paraíba

12

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE CONDADO - "Assoc. Para"

E S T A T U T O

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO E FINS

Art. 1º- A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Condado, fundada em 19 de dezembro de 1.995, com sede em Condado, Município de Conceição, Estado da Paraíba e Foro na Comarca de Conceição-PB.

Art. 2º- A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Condado, tem por finalidade:

- a) Reunir todos os membros da Comunidade para tratar de assuntos comuns aos problemas da referida Comunidade;
- b) Promover o desenvolvimento em todos os setores da Comunidade de Condado;
- c) Orientar as pessoas para o desenvolvimento rural e para o alcance de recursos financeiros e humanos, visando a melhoria das qualidades das famílias dos produtores.

Art. 3º- Compete a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Condado:

- a) Apresentar aos Poderes Públicos, sugestões visando o bem da Comunidade;
- b) Integrar sua ação com a de outros Órgãos e Instituições empenhados no desenvolvimento do meio rural;
- c) Estabelecer sistemas adequados de controle de aplicação dos recursos que venham receber, tendo em vista a comprovação das despesas realizadas perante as Entidades ou grupos de pessoas donde provierem esses recursos, e também membros da Associação;
- d) Colaborar com a contínua e crescente integração com os Poderes Públicos, Órgãos e Entidades que visam o desenvolvimento rural;
- e) Avaliar isoladamente ou em conjunto com os outros Órgãos Entidades, os resultados alcançados na execução das atividades desenvolvidas na Comunidade;
- f) Divulgar seus objetivos e realizações.

Art. 4º- O prazo de duração da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado, é indeterminado e o número de sócio é ilimitado.

CAPÍTULO II



193

Art. 5º- A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade terá os seguintes Órgãos Sociais:

- Assembléia Geral
- Diretoria
- Conselho Fiscal

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 6º- A Assembléia Geral dentro dos dispositivos deste Estatuto é o órgão soberano de deliberação da APRORCOC, composto de todos os membros do seu quadro social;

Art. 7º- A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no primeiro domingo de cada mês, para prestação de contas e tratar de assuntos referentes aos problemas da Comunidade, ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria sempre que fizer necessário.

Art. 8º- As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria de votos por aclamação, no mínimo metade mais um dos associados presentes.

Art. 9º- A Assembléia Geral Ordinária compete privativamente:

- a) Aprovar a prestação de contas da Diretoria;
- b) Promunciar-se sobre o Relatório Anual de Atividades;
- c) Decidir sobre o programa de atividades.

Art. 10º- A Assembléia Geral Extraordinária compete privativamente:

- a) Emendar ou réver o presente Estatuto;
- b) Resolver os assuntos que lhes forem propostos;
- c) Dissolver os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal por justa causa.

PARÁGRAFO ÚNICO: As deliberações sobre a reforma do presente Estatuto serão de seus direitos.

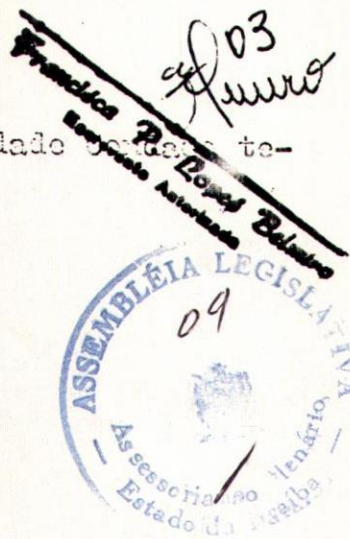
CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA:

Art. 11º- A Diretoria compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselho Fiscal (dois fiscais e dois suplentes), escolhidos entre os próprios associados.

Art. 12º- Os membros da Diretoria serão eleitos pelo voto por aclamação da Assembléia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 13º- A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que o Presidente ou dois de seus membros a convocarem.



14
Art.14º- Compete a Diretoria:

- a) Cumprir e fazer cumprir deliberações do Estatuto e da Assembleia Geral;
- b) Zelar pela execução do Programa Anual de Atividades;
- c) Convocar a Assembleia Geral.

Art.15º- Compete ao Presidente:

- a) Dirigir e orientar a APRORCOC em todos os fins;
- b) Determinar as despesas e pagamentos autorizados pela Assembleia;
- c) Representar a APRORCOC jurídico e extrajudicialmente nos âmbitos: Municipal, Estadual e Federal, e junto a estabelecimento bancários movimentar suas verbas com o Tesoureiro;
- d) Assinar junto com o Tesoureiro, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras;
- e) Presidir as reuniões e convocá-las quando necessário;
- f) Divulgar junto as Comunidades Rurais e sede do Município, os resultados dos trabalhos realizados;
- g) Solucionar casos de urgência, submetendo-os em seguida à aprovação da Diretoria.

Art.16º- Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências temporais;
- b) Auxiliar o Presidente nas funções em que solicitar a cooperação;
- c) Ajudar na cooperação de todas as atividades promocionais da referida associação.

Art.17º- Compete ao Secretário:

- a) Conservar em dias as correspondências da Associação;
- b) Atualizar os registros dos associados;
- c) Informar a Diretoria a admissão dos novos associados;
- d) Assistir as reuniões da Diretoria, levando e fazendo lavrar atas;
- e) Providenciar as carteiras dos associados (se houver).

Art.18º- Compete ao Tesoureiro:

- a) Arrecadar em dias as contribuições dos associados;
- b) Responsabilizar-se pelo patrimônio Social da Associação;
- c) Cumprir as determinações da Diretoria;
- d) Assinar conjuntamente com o Presidente, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL:

Art.19º- O Conselho Fiscal de 2(dois) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral, dentro os membros natos mantenedores, pelo prazo de dois anos.



15
Art. 20º- Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros, documentos e balancetes, verificando a gestão financeira da Entidade;
- b) Convocar extraordinariamente a Diretoria e/ou Assembléia, quando ocorrerem graves e urgentes motivos;
- c) Fiscalizar as atividades da Diretoria.

CAPÍTULO VI

DOS ASSOCIADOS:

Art. 21º- São Sócios:

- a) Fundadores, todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- b) Efetivos, aqueles residente em Condado, que são associados na APRORCOC e que cumpram as determinações do presente Estatuto;
- c) Cooperados, são as Entidades ou Órgãos que contribuem diretamente ou através dos Poderes Públicos, com recursos financeiros ou Técnico visando realização dentro das finalidades da Associação.

Art. 22º- Somente os membros terão direito a voto, ativo ou passivo, nas Assembléias Gerais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os Sócios da APRORCOC não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da Entidade;

Art. 23º- São direitos dos associados efetivos:

- a) Votar e ser votado;
- b) Participar das Assembléias Gerais, dar opinião e apresentar sugestões;
- c) Receber carteiras de sócios da APRORCOC;
- d) Ser informado dos benefícios da APRORCOC;
- e) Receber Assistência Técnica e Social pela EMATER e outros Órgãos Públicos;
- f) Direito a todo e qualquer benefícios que vier para a Comunidade.

Art. 24º- São obrigações dos associados efetivos:

- a) Conservar o bom nome da APRORCOC;
- b) Contribuir mensalmente com a importância determinada pela Assembléia Geral;
- c) Comparecer as reuniões ordinárias e ou extraordinárias, quando convocadas;
- d) Participar de todos os trabalhos realizados na Comunidade;
- e) Informar a Diretoria todos os problemas que surgir na Comunidade;
- f) Colaborar para o bom desenvolvimento das atividades, projetos e outros, executados pela Associação.



16

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO E RECEITAS:

Art. 25º- O patrimônio da AAFRORCOC será constituído pelos bens adquiridos.

Art. 26º- A receita será constituída pelos recursos financeiros, auxílios, subscção, doação, legados e outros que lhes forem destinados pelos membros mantedores e outros.

Art. 27º- Os recursos da APRORCOC serão destinados exclusivamente aos seus objetivos e só serão aplicados mediante autorização do Presidente e Tesoureiro, após verificada a necessidade da despesa, e aprovada em Assembléia Geral.

Art. 28º- Nenhum bem pertencente a APRORCOC poderá ser alienado ou por qualquer título passado, sem expressa autorização da Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, a qual será deliberada em votação por aclamação.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAIS:

Art. 29º- O mandato de todos os membros dos Órgãos Sociais será inteiramente gratuito.

Art. 30º- A APRORCOC existirá até que fique reduzido a um número inferior a 10 (dez) associados com aprovação de sua Assembléia Geral.

Art. 31º- A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado receberá orientações técnicas diretas da EMATER.

Art. 32º- O dinheiro arrecadado pela APRORCOC será revestido em benefício da Comunidade, nas despesas com documentos e outros dentro da Comunidade.

Art. 33º- Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria em exercício.

Art. 34º- Em caso de dissolução da APRORCOC, os seus bens patrimoniais passarão para uma Entidade de fins comunitários indicado pela Assembléia Geral.

Art. 35º- Este Estatuto vigorará a partir da data de sua aprovação e publicação.

Francisco Galbim Batista

FRANCISCO GALBIM BATISTA

- PRESIDENTE -

João José de Sousa

JOÃO JOSÉ DE SOUSA

- VICE-PRESIDENTE -



Domicio Frade Rolim

DOMICIO FRADE ROLIM

- SECRETÁRIO -

Valdimiro Vicente de Oliveira

VALDIMIRO VICENTE DE OLIVEIRA

- TESOUREIRO -

Francisco Vicente de Oliveira

FRANCISCO VICENTE DE OLIVEIRA

- FISCAL -

Cícero Alipio do Nascimento

CICERO ALÍPIO DO NASCIMENTO

- FISCAL -

Milton de Sousa Carvalho

MILTON DE SOUSA CARVALHO

- SUPLENTE -

José Heleno Severo

JOSÉ HELENO SEVERO

- SUPLENTE -

Reconheço as Firmas Empradas
Francisco Galbim Batista e
José Heleno Severo dou fé.
Conceição 23 de Fevereiro de 1996
Em test. Francisca P. Lopes Belmiro da Verdade
Francisca P. Lopes Belmiro
Escritoriente Autorizada



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nice Leite Braga Pegado

UI. de Reg. de Títulos e Docs.

Centro Administrativo Integrado

58.000-000

Conceição - Paraíba

Apresentado no dia 23 para Registro apen-

tado sob o nº de Ordem 1000 de Protocolo

de livro "B" A-1



Ata de fundação da Associação dos Produtores Rurais da Comu- nidade Coudado "APROCOE" 11

Nos dezesseis dias do mês de Dezembro de mil
 novecentos e noventa e cinco às 10:00 horas da
 manhã na Comunidade Coudado, houve uma
 reunião com a finalidade de organizar aque-
 la Comunidade com a presença dos seguintes
 membros do Conselho municipal: José Bar-
 cis de Bacenda, representante da Câmara de
 Vereadores, Francisco de Sousa Lima Diretor da
 Escola Calula Beik e o residente da Comunida-
 de Maria Soares, Francisca Beik de Figueiredo
 Pereira Extensionista social da Emater, e ain-
 da contamos com a presença do Vereador
 Bruno Soares de Figueiredo e o Vereador José
 Hamilton Soares de Bacenda. A abertura foi
 feita pelo Vereador José Barcis de Bacenda,
 que falou a respeito de Comunidade: a pala-
 vra foi facultada, a Extensionista social da
 área Francisca Beik de Figueiredo Pereira fa-
 lou sobre os seguintes assuntos: organiza-
 ção, e como crescer, vida em grupo, vantagens
 para quem pensa nos outros, desvantagens
 para quem pensa somente em si, como re-
 dirigir-se aos governos municipal, estadual
 e federal. a palavra foi facultada, o sr.
 Francisco de Sousa Lima falou sobre uma
 Comunidade organizada e também sobre a
 responsabilidade de uma Diretoria. dando-
 assim por encerrada a reunião, não ten-
 do mais nada a tratar em Francisca
 Beik de Figueiredo Pereira, houve a presen-

28 L. Grande Virente

99 TAMIRAS CAVALHO DE SOUSA

30 x Francisco Inacio de Aguiar.

31 x blanketed cotton refills

 α

2

 α α

2

9

a

 α

L

4

d

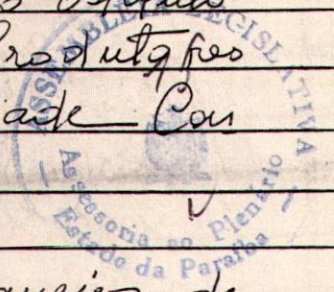
4

22 atc

Ata da Escolha da Diretoria da
Associação dos Produtores Rurais da
Comunidade Condado "APRORCCO"

Dos dias de janeiro de mil novecentos e noventa
 e seis às 15:00 horas na Comunidade Can-
 dado houve uma reunião com a finalidade
 de escolher a Diretoria daquela Comunidade
 com a presença dos seguintes membros do Con-
 selho Municipal: Manoel Ferreira da Silva
 Presidente do Sindicato dos Trabalhadores
 Rurais, Francisco de Sousa Lima, Dire-
 tor da Escola Cafuleite e Presidente

Ata da aprovação do estatuto da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Condados "APRORECE"



nos dezesseis dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e seis às 9:00 horas da manhã na Comunidade Condados houve uma reunião com o objetivo de aprovar o estatuto daquela comunidade com a presença dos seguintes membros do Conselho municipal: Francisco de Sousa Lima Diretor da Escola Calula Leite e Presidente da Comunidade Maria Soares, Manoel Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Francisco Leite de Figueiredo Pereira Extensionista social da Emater. A abertura foi feita pelo Diretor da Escola Calula Leite e Presidente da Comunidade Maria Soares; a palavra foi facultada a Extensionista social da área Francisco Leite de Figueiredo Pereira que fez uma leitura do estatuto explicando todos os itens ficando bem claro para a comunidade, ficando assim aprovados o estatuto; a palavra foi facultada e o sr. Manoel Ferreira da Silva fez uma explanação dando incentivo a comunidade a respeito da organização para os mesmos saberem adquirir recursos, dando por encerrada a reunião, não tendo mais nada a tratar eu, Francisco Leite de Figueiredo Pereira lavro a presente ata, que depois de lida será assinada por mim e por todos os presentes.

Francisco bat. Aguiar e Silva
 Manoel Ferreira da Silva
 Francisco de Sousa Lima

- 1 + CICE ALPIODOMAS MELO
- 2 + Francisco Gomes da Silva
- 3 + Valdimiro Vicente de Oliveira
 MANOEL VICENTE DA SILVA
 RILENO VICENTE DA SILVA
 DOURIVAL FERREIRA DE CARVALHO
- 7 + Almir Alves
- 8 + José José de Sousa
- 9 + AMTOMAS PRODONSUAMTO
- 10 + JOSÉ HELENO SEVERO
- 12 + José H. Leite Vicente
- 13 + Maria dos Reis Nunes
- 14 + Ozaney Flauberto de Sousa
- 15 + Milton de Sousa Carvalho
- 16 + Ilvando Pedro do Nascimento
- 17 + José Nante Neto
- 18 + Francisco Vicente de Oliveira
- 19 + Demécio Freire de Souza
- 20 + Antônio Manoel de Souza
- 21 + Maria do Carmo Vicente da Silva
- 22 + Francisco Alves de Sousa
- 23 + José Vieira de Souza
- 24 + José Roberto
- 25 + Francisco e Aires Ferreira de Carvalho
- 26 + Maria das Dores do Nascimento
- 27 + José Olimário do Nascimento
- 28 + Orlando Vicente
- 29 + TAMIRES CARVALHO DE SOUZA
- 30 + Francisco Inácio de Carvalho
 Francisco Carlos de Souza

21



✓
✓
✓
✓
x
✓
✓
✓
✓
✓
x
x
x
✓
✓
✓
x
x

45 de

Ata de posse da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Coudado "APROREC"

Nos trinta dias do mês de janeiro de mil
novecentos e noventa e seis às 9:00 horas
da manhã, houve uma reunião com a
finalidade de organizar a Diretoria daquela
Comunidade, com a presença dos seguintes mem-
bros do Conselho municipal: Manoel ferrei-
ra da Silva, Presidente do Sindicato dos tra-
balhadores rurais, Francisco de Sousa Pinna
Diretor da Escola Capula Leite e Presidente da

- 11 + José Antonio Vicente
- 12 + Maria do Nascimento
- 13 + Ozamyl Flávio de Sousa
- 14 + Milton de Sousa Carvalho
- 15 + Ilanilda Pedro do Nascimento
- 16 + José Vicente Neto
- 17 + Francisco Vicente da Oliveira
- 18 + Domício Escide Rêlin
- 19 + Antônio Manoel de Sousa
- 20 + Maria do Carmo Vicente da Silva
- 21 + Francisco Alves de Sousa
- 22 + José Vieira de Sousa
- 23 + Gabo Sete
- 24 + Francisca Alves Ferreira de Carvalho
- 25 + Maria das Dores do Nascimento
- 26 + José Alípio do Nascimento
- 27 + Osmundo Vicente
- 28 + Tamiar Carvalho de Sousa
- 29 + Francisco Inácio de Carvalho
- 30 + Francisco Antônio Botelho

x

x

x

x

x

x

x

x

x

22

17

da Comunidade Maria Soares, Francisca
Beite de Figueiredo Pereira Extensionista so-
cial da área. A abertura foi feita pelo
Diretor da Escola Calúla Beite e residen-
te da Comunidade Maria Soares, Fran-
cisco de Sousa Lima; a palavra foi
facultada a Extensionista social da área
Francisca Beite de Figueiredo organizou
a eleição pelo voto de aclamação, onde todos
elegeram a Diretoria num clima de paz
e harmonia; a palavra foi facultada a
Sr. Manoel Ferreira Presidente do Sindicato
dos Trabalhadores por uma explanação
a respeito de aposentadoria para o tra-
balhador rural, dando assim por encerrada a
reunião; não tendo mais nada a tratar
em, Francisca Beite de Figueiredo Pereira lavra
a presente ata, que depois de lida será assina-
da por mim e por todos os presentes.

Francisca Beite de Figueiredo Pereira
Manoel Ferreira da Silva
Francisco de Sousa Lima

1 + ESCRITURA PÚBLICA

2 + Francisco de Sousa Lima

3 + Valdomiro Vicente de Oliveira

4 + Manoel Figueiredo da Silva

5 + Ricardo Figueiredo da Silva

6 + Municipal Francisco de Carvalho

7 + Almir Alves

8 + João José de Sousa

9 + AMOAMOPIDONHUMTO

10 + JOSÉ HELENO SEVERO

fe ata, que depois de lida pua animada
por mim e por todos os presentes.

Francisca Beito de Figueiredo Pereira
Manoel Ferreira da Silva
João Pires de Sousa Lima

1 + CIGALÍO OLONHAS ME P

2 + Francisco 2 anos das silva

3 + Valdimiro Vicente de Oliveira

4 + Manoel L. Figueira da Silva

5 + CIGALÍO OLONHAS ME P

6 + Dourival Francisco de Carvalho

7 + Almir Alves

8 + João José de Sousa

9 + ANTONIO OLONHAS ME P

10 + JOSE HELIO SOARES

11 + José H. Antonio V. de Almeida

12 + Maria Alia do Nascimento

13 + Ozany Flauberto de Sousa

14 + Milton de Sousa Carvalho

15 + Ilanildo Pedro do Nascimento

16 + José Vicente Neto

17 + Francisco Vicente de Almeida

18 + Desmeis Frade de Almeida

19 + Antonio Manuel de Sousa

20 + JOSE VILHELO

21 Maria Dolores Vicente da Silva

22 + Francisco Alves de Sousa

23 + José Vieira de Sousa

24 + JOSE VILHELO

25 + Francisco Alves Ferreira de Carvalho

26 + Maria das Dores do Nascimento

Comunidade Maria Soares e Francisca Beite de
 Figueiredo Pereira batensista social da fiação
 A abertura foi feita pelo Diretor da Escola La-
 Lula Beite e Presidente da Comunidade Maria
 Soares; a palavra foi facultada, a batensis-
 tista social da area Francisca Beite de Fi-
 gueiredo Pereira coordenou a recada de por-
 se, fazendo entrega de Certificados a todos os
 membros da Diretoria, sendo assim realizada
 a posse; a palavra foi facultada, o Sr. Manoel
 Ferreira da Silva Presidente do Sindicato dos
 Trabalhadores falou dando os parabens a Co-
 munidade pela organização, dando assim por
 encerrada a reunião, não tendo mais nada
 a tratar eu, Francisca Beite e Figueiredo Pereira
 lavos a presente ata, que depois de lida se-
 rá assinada por mim e por todos os presentes.
 Francisca Beite e Figueiredo Pereira

1 + ~~Francisco Soares das Neves~~

2 + Francisco Soares das Neves

3 + Valdimiro Vicente de Oliveira

MANOEL VICENTE DA SILVA

Likano Vicente da Silva

Douglas Pereira de Carvalho

Alma Alves

8 + João José da Sousa

9 + AMT O ANOPIODIOMUSINTO

10 + JOSÉ HELENO SEVERO

11 + José Hilário Vicente

12 + Maria Adelaide Nascimento

13 + Ozany Flauberto de Sousa

24

| | | | | | |
|---|--|---|--|--|--|
|  MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO | | CGC VALIDO ATÉ 30/05/98 | | NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.147.803/0001-36 | |
| NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIAÇÃO | | CGC | | ATIVIDADE PRINCIPAL 9199-5 | |
| ORGAO DA RF 0430104 - FATOS | | CGC | | CPF DO RESPONSÁVEL 131.765.874-49 | |
| FIRMA OU RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE CONDADO | | | | | |
| NOME DE FANTASIA APRORCOC | | | | | |
| LOGRADOURO ST CONDADO | | NÚMERO SN | | COMPLEMENTO | |
| CEP 58970-000 | BAIRRO - DISTRITO ZONA RURAL | MUNICÍPIO CONCEICAÓ | | UF PB | |
| DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA : OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS | | | | | |

1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 19
 Secretaria do Plenário
 Estado da Paraíba



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1926

João Pessoa, em 23 de novembro de 1996.

Senhor Governador:

Encaminho a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 475/96, de autoria do Deputado NOMINANDO DINIZ, que Reconhece de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado, Município de Conceição, Estado da Paraíba e dá outras providências.

Atenciosamente,

CARLOS DUNGA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
Governador do Estado da Paraíba
N e s t a



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 179

PROJETO DE LEI Nº 475/96

Reconhece de utilidade pública a
Associação dos Produtores Rurais
da Comunidade de Condado Município de Conceição e dá outras
providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a
Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado, Município
de Conceição, Estado da Paraíba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba,
em João Pessoa, 28 de novembro de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 03 / 12 / 1996
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR *June*

LEI N.º 6.390 , DE 02 DE SETEMBRO DE 1996

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado, Município de Conceição e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte

Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Condado, Município de Conceição, Estado da Paraíba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 02 de dezembro de 1996; 108º da Proclamação da República.



JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR